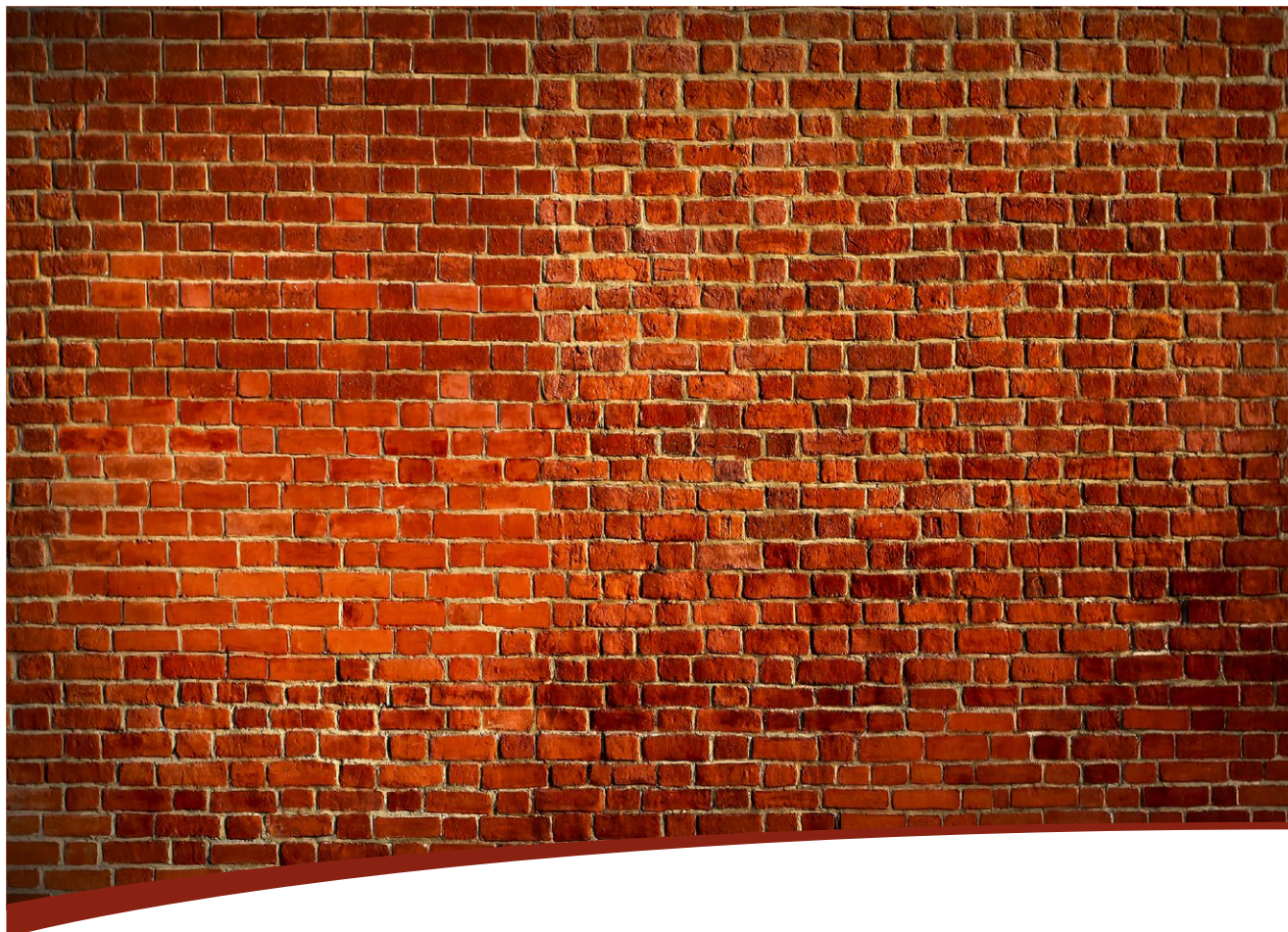


BRIDGES NETWORK

PONTES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável

VOLUME 12, NÚMERO 8 - OUTUBRO 2016



Eleições nos Estados Unidos: muros à vista?

POLÍTICA COMERCIAL

Os discursos anticomércio nas eleições presidenciais dos Estados Unidos

INTEGRAÇÃO

As críticas de Donald Trump ao NAFTA têm fundamento?

COMÉRCIO BILATERAL

As eleições nos Estados Unidos e as relações comerciais com a China



International Centre for Trade
and Sustainable Development

PONTES

VOLUME 12, NÚMERO 8 - OUTUBRO 2016

PONTES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável em língua portuguesa.

ICTSD

International Centre for Trade and Sustainable Development

Genebra, Suíça

EDITOR EXECUTIVO

Ricardo Meléndez-Ortiz

EDITOR CHEFE

Andrew Crosby

EQUIPE EDITORIAL

Manuela Trindade Viana

Bruno Varella Miranda

Camilla Geraldello

CONSULTORA EDITORIAL

Michelle Ratton Sanchez Badin

DESIGN GRÁFICO

Flarvet

LAYOUT

Oleg Smerdov

Se deseja contatar a equipe editorial do Pontes, escreva para: pontes@ictsd.ch

O PONTES recebe com satisfação seus comentários e propostas de artigo. O guia editorial pode ser solicitado junto à nossa equipe.

POLÍTICA COMERCIAL

- 4 **Os discursos anticomércio nas eleições presidenciais dos Estados Unidos**

Filipe Almeida do Prado Mendonça

INTEGRAÇÃO

- 9 **As críticas de Donald Trump ao NAFTA têm fundamento?**

Mathieu Bédard

COMÉRCIO BILATERAL

- 12 **Eleições nos Estados Unidos: momento para o México revisar suas relações comerciais?**

Maximiliano Gracia Hernández

COMÉRCIO BILATERAL

- 16 **As eleições nos Estados Unidos e as relações comerciais com a China**

Dong Wang

AGRICULTURA

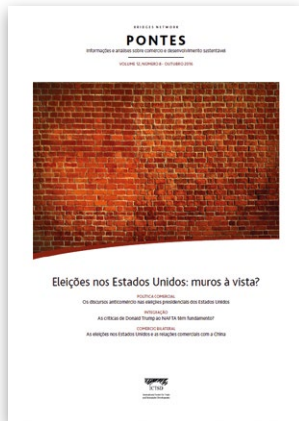
- 20 **Agricultura e política comercial nos Estados Unidos**

Stephanie Mercier

- 24 **Informações úteis**

- 25 **Publicações**

Em defesa do livre comércio?



Em meio a protestos contra a violência policial e a insatisfações com os rumos da economia, os Estados Unidos escolherão um novo presidente em 8 de novembro. Contabilizados os votos, seguirá a busca por unidade em diversas esferas da política pública – entre elas, a comercial. Mesmo um voto pela manutenção do Partido Democrata na Casa Branca implicará novas diretrizes nessa seara.

Enquanto os eleitores estadunidenses definem o futuro, o mundo aguarda ansioso. Devido à sua dimensão, a economia dos Estados Unidos emitirá poderosos incentivos tão logo o resultado seja anunciado. Antes de tudo, uma concepção de ordem moldada em Washington sustenta os atuais padrões de competição e cooperação no sistema internacional. Logo, uma ruptura com concepções até então predominantes significaria o esvaziamento de boa parte das instituições que atualmente facilitam o diálogo entre Estados.

Na área comercial, a crença na necessidade de avanços constantes potencializa a incerteza. Como oferecer resultados quando a interpretação de "êxito" está em processo de mutação? Vivemos tempos em que a precariedade da via multilateral se soma às críticas em direção a alternativas como os acordos bilaterais e megaregionais. Desprovidos de parâmetros, é considerável o espaço para revisionismos e, dentro desse quadro, para a "criatividade". Levará algum tempo até que analistas possam identificar a real consequência do crescimento da aversão à liberalização comercial nos Estados Unidos. De qualquer maneira, a atual campanha eleitoral estadunidense ilustra verdadeiros experimentos retóricos.

O presente número do Pontes oferece a você, prezado(a) leitor(a), uma discussão sobre a influência das eleições estadunidenses no futuro do comércio internacional. Nas páginas a seguir, apresentamos reflexões sobre a natureza das relações bilaterais entre a Casa Branca e países emergentes como Brasil, China e México. Ademais, publicamos contribuições que ajudam a desvendar dois aspectos fundamentais da atual política comercial dos Estados Unidos: i) os mecanismos pelos quais produtores agrícolas influenciam as posições adotadas por Washington; e ii) os efeitos trazidos pelo Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA, sigla em inglês).

Conscientes da importância de nossos(as) leitores(as) para o sucesso do Pontes, renovamos o convite à participação. Deixando sua opinião em nosso [site](#) ou escrevendo um [e-mail](#) à nossa equipe, você nos ajudará a seguir publicando um conteúdo alinhado com seus interesses.

Esperamos que aprecie a leitura.

A Equipe Pontes

POLÍTICA COMERCIAL

Os discursos anticomércio nas eleições presidenciais dos Estados Unidos

Filipe Almeida do Prado Mendonça

Este artigo problematiza os discursos de revisionismo da política comercial proferidos pelos dois candidatos à Presidência dos Estados Unidos. Para tal, o autor analisa o legado da administração Obama nessa seara, bem como os desafios adiante.

As eleições presidenciais dos Estados Unidos têm sido especialmente importantes para a política comercial, com desdobramentos no sistema de promoção comercial do país e no regime multilateral de comércio. Hillary Clinton e Donald Trump buscam, cada um a seu modo, utilizar a política comercial como forma de legitimação interna de suas plataformas de governo em um país cada vez mais dividido e impaciente.

Ambos também tentam colocar o sistema multilateral de comércio "de volta nos trilhos", por meio de uma série de revisionismos nos acordos já firmados pelos Estados Unidos e mediante o aprofundamento das políticas de *enforcement*. Com relação a este último ponto, os dois candidatos aparentam preferir a via unilateral, em detrimento de mecanismos multilaterais como o Órgão de Solução de Controvérsias da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Em linhas gerais, o clima é de "caça às bruxas" nas duas campanhas, com destaque especial para o papel da China, entendida como a principal violadora do regime multilateral de comércio. Inserem-se na mesma lógica o já consolidado Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA, sigla em inglês), que poderá ser revisto; e a Parceria Transpacífica (TPP, sigla em inglês), alvo de severas críticas dos dois candidatos.

Embora com diferenças metodológicas importantes, Clinton e Trump afirmam que buscarão a centralidade dos Estados Unidos nos processos políticos e econômicos internacionais. Para isso, pretendem usar a política comercial como instrumento de projeção das normas e princípios estadunidenses nos regimes multilaterais e como canal de escoamento de demandas internas de grupos econômicos afetados pela competição externa.

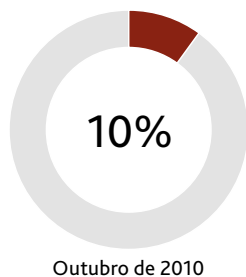
As duas candidaturas fazem críticas à postura de Barack Obama em questões comerciais e apontam para a necessidade de alguma revisão. Como a política comercial envolve, necessariamente, outros países e parceiros, a equação será mais complexa uma vez concluído o processo eleitoral nos Estados Unidos. No entanto, a análise dos discursos dos presidencialistas oferece alguma dimensão das possibilidades internas de sustentação da política comercial como um todo e aponta para possibilidades de inflexões das trajetórias adotadas até aqui.

O legado de Obama

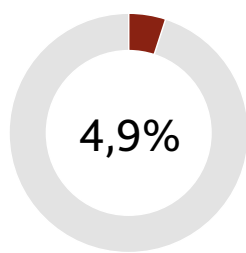
Cabe ressaltar que tanto Clinton como Trump herdarão diversos compromissos firmados por seu antecessor. O primeiro mandato de Obama foi marcado por uma postura menos ambiciosa, com dificuldades de geração de consensos no Congresso e com baixa capacidade de construção de uma agenda comercial liberalizante.

Como resultado dessa combinação, Obama concentrou esforços na geração de empregos e em temas relacionados ao comércio. A difícil conjuntura política e econômica em que o país se encontrava no início de seu primeiro mandato fortaleceu insatisfações quanto aos rumos da política comercial do país, em grande medida por conta da crise do *subprime* e do desemprego dela decorrente. Havia, portanto, uma "percepção de rejeição do

Taxa de desemprego na administração Obama



Outubro de 2010



Junho de 2016

Fonte: Departamento de Comércio dos Estados Unidos (2016)

público estadunidense, em especial do eleitorado democrata, à realização de acordos de liberalização comercial"¹, o que contribuiu para o impasse na Rodada Doha.

Com o esgotamento da via multilateral, Obama concentrou-se em mecanismos domésticos. Um exemplo disso foi a criação da Iniciativa Nacional de Exportação (2010) e o estabelecimento de um conselho executor dessa iniciativa, chamado de Gabinete Presidencial para a Promoção à Exportação, composto pelo alto escalão do sistema político estadunidense.

Outras ações nesse sentido foram o *Globalization Adjustment Assistance Act* (2009), o *Omnibus Trade Act* (2010) e o *Trade Adjustment Assistance Extension Act* (2011). Este último renovou e ampliou a Assistência de Ajuste do Comércio (TAA, sigla em inglês), um dos principais programas de apoio aos setores impactados pelas importações. Com a reforma, a TAA tornou-se mais abrangente, principalmente "pela incorporação dos trabalhadores do setor de serviços, mais flexíveis e com pagamentos maiores"².

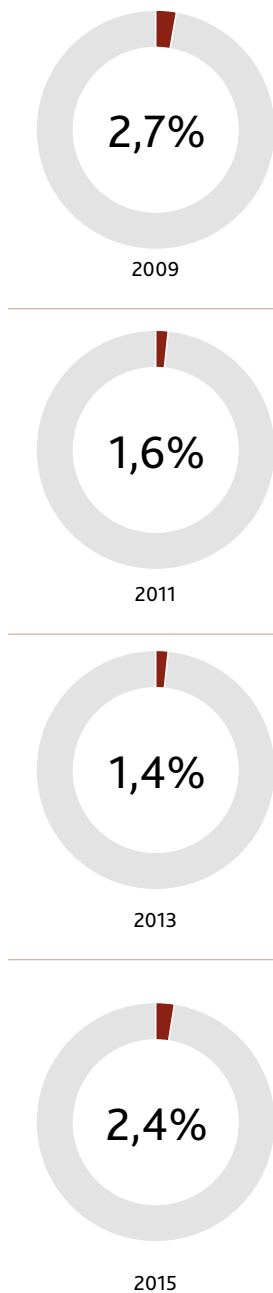
Somado à tradicional defesa da superioridade técnica do livre comércio e à histórica ênfase no déficit comercial por parte de diversos atores políticos daquele país, esse conjunto de forças conjunturais (crise da Rodada Doha, crise financeira, pressão para geração de emprego, entre outros) fez com que a política comercial do governo Obama conferisse ênfase a aspectos como as políticas de *enforcement*.

Entre 2009 e 2015, os Estados Unidos entraram 20 vezes como demandantes junto ao Órgão de Solução de Controvérsias da OMC, com alta taxa de sucesso. Em tais iniciativas, a China constituiu o principal alvo (11 casos). Embora esse número não diferencie substancialmente o governo Obama de seu antecessor, um elemento inovador foi a criação do International Trade Enforcement Center (ITEC) em 2012, uma burocracia especializada no reforço e na aplicação dos direitos comerciais sob a ótica estadunidense e a criação de estratégias de convencimento – quer pela ameaça de retaliação ou pelo diálogo – dos países considerados desleais em termos comerciais. Desde a sua criação, o ITEC reuniu uma equipe voltada a fomentar o respeito às obrigações no âmbito da OMC, além de promover a produção e as exportações dos Estados Unidos.

Entre o primeiro e o segundo mandato de Obama, a ambição em termos comerciais parece ter aumentado, rompendo com a postura de baixo perfil e deixando um legado de peso para o próximo presidente. Aqui, destaca-se a intensificação da postura crítica dos Estados Unidos em relação às negociações comerciais multilaterais e a aprovação, em 2015, da Autoridade para Promoção Comercial (TPA, sigla em inglês; também conhecida como "*fast track*"). Uma das principais dificuldades em avançar na Rodada Doha, segundo o governo estadunidense, foi o papel "intransigente" desempenhado por países em desenvolvimento de médio porte e suas coalizões³.

Nesse contexto de crise do arranjo multilateral, Obama consolidou a estratégia de recuo do nível multilateral e investiu esforços e recursos em outras direções, com destaque para os mega-acordos – o que chamamos de "saídas oceânicas"⁴, ou seja, a solução pelo Pacífico, via TPP; e pelo Atlântico, via Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP, sigla em inglês).

O aparente abandono do nível multilateral e a preferência por negociações em fóruns menores contribuem para o avanço das pautas estadunidenses, além de ser uma forma de pressão sobre o sistema multilateral a abandonar seu imobilismo.

**Crescimento econômico
nos Estados Unidos**

Fonte: Banco Mundial (2016)

Essa estratégia de múltiplas direções não é nova e tem se mostrado historicamente bastante eficiente para o avanço das pautas comerciais dos Estados Unidos. O aparente abandono do nível multilateral e a preferência por negociações em fóruns menores contribuem para o avanço das pautas estadunidenses, além de ser uma forma de pressão sobre o sistema multilateral a abandonar seu imobilismo.

Uma nova política comercial?

Em linhas gerais, as "saídas oceânicas" constituirão o principal legado ao próximo presidente dos Estados Unidos e têm concentrado boa parte da atenção dos candidatos. Essa questão gera um desconforto especial para a campanha de Hillary Clinton. Isso porque, ainda enquanto secretária de Estado no governo Obama, Clinton se tornou uma importante voz de defesa do acordo, chegando a considerá-lo um "padrão ouro em acordos de comércio"⁶. Foram vários os discursos entusiastas, nos quais se previa a geração de empregos nos Estados Unidos e a promoção das exportações do país.

Contudo, a postura de Clinton mudou com o tempo, algo que tem sido criticado pelo Partido Republicano e por uma ala descontente do próprio Partido Democrata. Como candidata, Clinton tem feito duras críticas à TPP, por considerá-lo um risco para a geração de empregos nos Estados Unidos. Ademais, o discurso duro busca atrair votos moderados e daqueles que temem o impacto negativo que o acordo pode deixar no mercado de trabalho.

Outro ponto polêmico da candidatura de Clinton tem sido sua postura em relação ao NAFTA. Ainda como primeira dama, Clinton defendeu publicamente o acordo por diversas vezes. Essa postura só mudou em 2000, quando concorreu e ganhou o cargo de senadora pelo estado de Nova York e passou a denunciá-lo por não atingir as expectativas.

Agora, Clinton tem intensificado a crítica ao NAFTA e apontado para a necessidade de rever parte do acordo, de modo a favorecer os Estados Unidos. A lista de contradições de Clinton é ainda maior: como senadora, votou favoravelmente aos acordos de livre comércio com Austrália, Chile, Cingapura, Marrocos e Omã, além de defender acordos com Jordânia e Peru. Contudo, Clinton votou contra o Acordo de Livre Comércio da América Central (CAFTA, sigla em inglês).

Já como pré-candidata à Presidência em 2008, fez duras críticas aos acordos de livre comércio com a Coreia do Sul e a Colômbia. Posteriormente, como secretária de Estado de Obama, em 2012, Clinton mudou o discurso e passou a defender de modo ativo os acordos. Tais mudanças de postura são largamente denunciadas e geram constrangimentos e dúvidas no eleitorado. A dúvida, entretanto, não é uma característica exclusiva da campanha de Clinton.

A despeito das posturas cambiantes da candidata, a chave mestra de sua campanha é a geração de empregos. O programa "*Make it America*" tem destaque em seu plano de governo e, ironicamente, não se diferencia muito nem do *slogan*, nem dos efeitos esperados do programa de seu rival, intitulado "*Make America Great Again*". O plano de governo de Clinton aponta para a necessidade de prevenir que países estrangeiros como a China abusem das regras globais de comércio.

três diretrizes são apontadas como primordiais [no plano de governo de Clinton]: criar estratégias de enforcement para países "trapaceiros" como a China; refutar acordos insuficientes como a TPP e rever aqueles já implementados como o NAFTA; e adotar políticas agressivas de promoção das exportações

**Déficit comercial
estadunidense**

Agosto de 2016

US\$ 40,7 bilhões

Agosto de 2014

US\$ 40,1 bilhões

Agosto de 2012

US\$ 44,2 bilhões

Fonte: BEA (2016)

Também aponta para a necessidade de revisão e rejeição de acordos que prejudiquem a geração de emprego nos Estados Unidos ou que contribuam para sua precarização. Para isso, três diretrizes são apontadas como primordiais: criar estratégias de *enforcement* para países "trapaceiros" como a China; refutar acordos insuficientes como a TPP e rever aqueles já implementados como o NAFTA; e adotar políticas agressivas de promoção das exportações dos produtores estadunidenses por meio do Export-Import Bank⁶.

Donald Trump é bem mais agressivo do que sua rival. Isso não surpreende, considerando que Trump é um *outsider* do sistema político dos Estados Unidos ou um candidato *anti-establishment*. Não é à toa que Trump tem apontado para a necessidade de revisão de diversos acordos comerciais já firmados pelos Estados Unidos, com acenos para a possibilidade de sobretaxar a China e o México.

Em sua plataforma de campanha, Trump dedica todo um capítulo à relação comercial com a China⁷, no qual sustenta que este país é um dos principais responsáveis pelo desemprego nos Estados Unidos. Segundo Trump, isso justifica a recomposição das negociações com a China de modo a recolocar os Estados Unidos como líderes nesse processo.

Nesse sentido, o documento afirma que Trump declarará a China como um país "manipulador de taxas de câmbio" e acabará com as violações chinesas de propriedade intelectual e com os subsídios ilegais que garantem vantagens às suas exportações. Embora tal discurso faça pouco sentido do ponto de vista da execução da política comercial em um contexto de transnacionalização e de cadeias globais de produção, as bandeiras defendidas por Trump têm forte aderência entre o eleitorado conservador e entre os moderados.

A postura de Trump em relação ao México é igualmente agressiva e, caso implementada, romperá com uma tradição importante da diplomacia estadunidense. Em um de seus discursos mais duros, Trump defende a criação de um muro separando os Estados Unidos do México. O candidato republicano garante que caberá ao próprio México financiar a construção do muro mediante mecanismos de *enforcement* e tarifas comerciais impostas pelos Estados Unidos ao país vizinho⁸.

Em linhas gerais, curiosamente Clinton e Trump coincidem em diversos temas de política comercial. Os dois candidatos destacam, por exemplo, a necessidade de uma ampla revisão da política comercial dos Estados Unidos: argumentam que os acordos de livre comércio prejudicam a geração de emprego, são críticos das práticas de outsourcing, mostram preocupação com a implementação da TPP e denunciam a competição desleal, com destaque para a China. Os dois candidatos enfatizam a necessidade de reversão desse quadro por meio de políticas de *enforcement* mais eficientes. No que toca ao NAFTA, os dois candidatos são críticos vorazes, com a diferença de que Trump manifesta sua posição em discursos repletos de termos pejorativos para fazer referência a seus vizinhos mexicanos. Embora ofuscada pelo discurso desequilibrado de Trump, a plataforma de Clinton também faz duras críticas ao NAFTA.

Considerações finais

A postura "anticomércio" dos dois candidatos preocupa pela magnitude e intensidade das críticas. Isso porque os discursos dos presidencialáveis, pelo menos em questões

*Donald Trump é bem mais agressivo do que sua rival.
(...) Trump tem apontado para a necessidade de revisão
de diversos acordos comerciais já firmados pelos
Estados Unidos, com acenos para a possibilidade de
sobretaxar a China e o México.*

comerciais, valorizam os extremos e enfatizam setores prejudicados pela concorrência internacional. Embora isso deva gerar benefícios do ponto de vista da campanha eleitoral, gera preocupações nos principais parceiros comerciais dos Estados Unidos.

Contudo, essas propostas não devem – espera-se – permanecer assim em janeiro de 2017. Uma vez empossado, o(a) novo(a) presidente dos Estados Unidos terá outras questões em jogo, as quais demandarão posturas mais responsáveis, que envolvam um leque maior de setores, parceiros e questões. Isso ocorre porque existe uma diferença entre as pressões conjunturais de grupos economicamente afetados pelas crises econômicas e pelos compromissos de longo prazo firmados pelos Estados Unidos na direção do livre comércio.

De Reagan a Obama, esse tensionamento tem sido resolvido por uma espécie de "protecionismo às avessas", largamente conhecido no debate político estadunidense como políticas de "comércio justo", que busca responder às pressões internas de grupos afetados por meio de uma política agressiva de *enforcement* e ameaças de retaliações.

Considerando o legado que herdarão, tudo indica que essa via será intensificada na próxima gestão, o que pode afetar grandes parceiros comerciais, com possíveis desdobramentos no Brasil. Não obstante, o que impressiona, neste pleito, é a magnitude das críticas, em grande medida alavancadas pela "candidatura kamikaze" de Donald Trump, impulsionado pela crescente onda conservadora na sociedade estadunidense.

❶ Ver: Mendonça, Filipe Almeida; Lima, Thiago. A Política Comercial dos Estados Unidos no Governo Barack Obama: Heranças, Estratégias e Desafios. In: Meridiano 47, vol. 14, n. 139, 2013.

❷ Ver: Mendonça; Lima, 2013. Ver também: Hornbeck, J. F. *Trade Adjustment Assistance (TAA) and Its Role in US Trade Policy* (R41922). Washington, D.C.: Congressional Research Service 7-5700, 2013. Disponível em: <<http://bit.ly/2dZWxCt>>.

❸ Ver: Schwab, Susan C. After Doha: Why the Negotiations Are Doomed and What We Should Do About It. In: *Foreign Affairs* vol. 9, April 2011.

❹ Ver: Mendonça; Lima, 2013.

❺ Ver: <<http://cnn.it/1RtNHDF>>.

❻ Ver: <<http://hrc.io/2dJFvFx>>.

❼ Disponível em: <<http://bit.ly/1M4sErX>>.

❽ Disponível em: <<http://bit.ly/1Tzmgh4>>.



**Filipe Almeida do Prado
Mendonça**

Professor Adjunto do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia. Pesquisador do Instituto Nacional de C&T para Estudos sobre os Estados Unidos (INCT-Ineu).

INTEGRAÇÃO

As críticas de Donald Trump ao NAFTA têm fundamento?

Mathieu Bédard

Um dos pontos defendidos pelo candidato republicano à Presidência dos Estados Unidos é a necessidade de que o NAFTA seja renegociado. Na direção contrária das críticas feitas por Donald Trump, este artigo discute os efeitos positivos do NAFTA para os três países que o integram.

Com frequência, os efeitos negativos da abertura das fronteiras e do comércio bilateral entre Estados Unidos e México constituem o tema central dos discursos de Donald Trump, candidato do Partido Republicano à Presidência dos Estados Unidos. Para ele, o livre comércio, tal como tem sido praticado, não beneficia os Estados Unidos. O Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA, sigla em inglês) é, segundo Trump, "um desastre" que precisa ser renegociado. No Canadá, essa oposição ao livre comércio encontra certo eco entre especialistas e grupos de pressão. A verdade, porém, é que esse Acordo gerou efeitos positivos para os três países envolvidos.

Os efeitos do NAFTA

A liberalização do comércio traz benefícios duradouros ao custo de alguns inconvenientes no curto prazo. Trata-se de uma visão presente em qualquer análise econômica. De fato, existe um forte consenso entre os economistas quanto às virtudes do livre comércio. Em pesquisa realizada entre os membros da Associação Americana de Economia, a associação mais prestigiada de economistas acadêmicos no mundo, 95%, 94% e 95% dos entrevistados em, respectivamente, 1990, 2000 e 2011, argumentaram que o protecionismo reduz o bem-estar econômico.

Em resposta a essa visão, muitos especialistas chamam a atenção para o fato de que "A economia não é uma ciência". Outros mais bem-humorados comentam que, se pedirmos a opinião de três economistas sobre um assunto, teremos três respostas diferentes. A essa anedota, os próprios economistas acrescentam que, se um dos três economistas questionados for Keynes, teríamos então cinco opiniões diferentes.

Embora ainda existam debates sobre as principais questões técnicas, assim como ocorre na medicina ou na física, os economistas concordam amplamente sobre uma série de questões fundamentais. A visão quanto aos benefícios do livre comércio é um exemplo disso.

O livre comércio aumenta o bem-estar nos países devido à queda nos preços e aos ganhos de eficiência. No entanto, parte inevitável desse processo é a perda, em um momento inicial, de determinados postos de trabalho em empresas menos eficientes, que estejam produzindo a preços mais elevados que seus novos concorrentes.

Esses efeitos foram observados após a entrada em vigor do NAFTA, em janeiro de 1994. A produtividade do trabalho aumentou em toda a América do Norte. No Canadá, o aumento foi de cerca de 14% – um salto enorme, sugerindo que as empresas menos eficientes fecharam, enquanto as demais experimentaram um crescimento, tornaram-se mais inovadoras e cada vez mais dotadas de tecnologias avançadas¹.

Entre 1993 e 2011, as reduções de tarifas aduaneiras levaram a um aumento no comércio com os outros membros do NAFTA: 11%, no caso do Canadá; 41%, nos Estados Unidos; e 118% no México². Em termos de valor, o comércio estadunidense com Canadá e México aumentou de US\$ 481 bilhões em 1993 para US\$ 1,1 trilhão em 2015³. Embora Donald Trump afirme que os Estados Unidos "não fabricam mais nada" e culpe o NAFTA por isso, o

Comércio estadunidense com Canadá e México

1993

US\$ 481 bilhões

2015

US\$ 1,1 trilhão

Fonte: Censo dos Estados Unidos (2016)

setor manufatureiro estadunidense aumentou sua produção em 58% desde que o acordo entrou em vigor⁴.

Praticamente todos os 51 eminentes economistas acadêmicos pesquisados como parte do Painel de Especialistas em Economia da Iniciativa sobre Mercados Globais (IGM, sigla em inglês) acreditam que o NAFTA tenha sido benéfico para os cidadãos estadunidenses. Nenhum deles sustenta o contrário.

Não há dúvidas de que, como Donald Trump gosta de repetir, existem bem menos empregos no setor manufatureiro dos Estados Unidos do que existia antes da entrada em vigor do NAFTA – 29% menos, para ser mais preciso⁵. No entanto, essa mudança se deve principalmente a inovações técnicas que aumentam a produtividade e permitem a melhoria no padrão de vida.

Dez anos após a entrada em vigor do NAFTA, a abertura das fronteiras, por si só, resultou em um aumento de 0,32% e 0,11%, respectivamente, nos salários reais das empresas no Canadá e nos Estados Unidos. O NAFTA levou à criação de postos de trabalho nas indústrias exportadoras, as quais pagam salários de 15% a 20% maiores que a média de indústrias que se concentram na produção doméstica⁶.

Contudo, esses dados não capturam todos os impactos do livre comércio. Um desses efeitos importantes, que beneficiou a todos, é que a produção entre os países está agora mais integrada graças a uma divisão mais profunda do trabalho. Em muitos casos de integração, as importações estimulam a produção doméstica ao invés de substituí-la. Cerca de 25% das importações estadunidenses provenientes do Canadá correspondem a produtos de *design* estadunidense ou que foram montados ou processados no Canadá, e depois reimportados pelos Estados Unidos. No caso das importações estadunidenses provenientes do México, esse número sobe para 40%⁷.

Outro efeito positivo da liberalização do comércio é o efeito sobre a economia mexicana, muitas vezes esquecido nesses debates. O México é um país cuja economia, há muito tempo, enfrenta uma série de desafios estruturais. No entanto, o NAFTA reduziu pela metade o preço de muitos bens de consumo em apenas alguns anos – o que ajudou a melhorar as condições de vida ainda precárias de muitos mexicanos. Em 2004, o Banco Mundial estimou que o NAFTA havia removido 3 milhões de mexicanos da linha da pobreza⁸.

Outro benefício do livre comércio desaparecerá caso Donald Trump seja eleito e decida renegociar o NAFTA e outros acordos comerciais: o livre comércio ajuda o meio ambiente. Primeiramente, o livre comércio muda o local onde os bens são produzidos. Os produtores se movem para lugares onde a produção é mais eficiente e, nesse processo, muitos desses locais são beneficiados em termos ambientais.

Considere o caso da agricultura. O livre comércio garante que o alimento seja produzido de forma tão eficiente quanto possível nos lugares mais apropriados. Um estudo recente concluiu que cerca de 20% das melhorias em produtividade na agricultura decorreram da mudança para locais mais apropriados⁹. Como o livre comércio libera a terra que está sendo explorada de forma improdutiva, existe um forte benefício ambiental em termos de reflorestamento. Ainda, o transporte por barco de enormes quantidades de alimentos exige muito menos energia por tonelada do que o transporte de alimentos por trem ou caminhão – o que pode significar menos emissões por tonelada de alimentos.

Ademais, o livre comércio aumenta a disponibilidade de produtos “amigos do meio ambiente” ao reduzir o preço destes. Com isso, os indivíduos podem aumentar o consumo de tais bens, e as empresas podem adotar técnicas de produção que fazem uso desses produtos.

Um exemplo emblemático é o mercado de carros usados. Uma vez que grande parte da poluição associada aos automóveis é emitida durante a produção industrial, o aumento

da vida útil de um carro reduz a emissão total de poluentes. O comércio transfronteiriço de automóveis usados tende a ser altamente restritivo, de modo que mesmo uma liberalização modesta resultaria em aumentos significativos no volume de comércio desse produto e, por conseguinte, em benefícios ambientais substanciais¹⁰.

Em 2005, as restrições ao comércio de veículos usados entre México e Estados Unidos foram eliminadas. Como consequência disso, 2,5 milhões de veículos foram importados pelo México. Como os carros importados eram mais limpos do que aqueles existentes no México, o livre comércio de automóveis usados reduziu a poluição no país. Além disso, os carros vendidos para o México eram mais "sujos" do que o estoque existente de veículos nos Estados Unidos. Isso significa que os cidadãos estadunidenses estavam vendendo seus automóveis usados ao México e comprando carros mais eficientes em termos de consumo de combustível, reduzindo, assim, a emissão de gases de efeito estufa. Basicamente, o livre comércio de carros usados reduziu as emissões por milha em ambos os países.

A maneira com que ocorre a liberalização do comércio é crucial para determinar a extensão dos efeitos positivos. No entanto, muitos estudos apontam para benefícios ambientais significativos em decorrência do livre comércio, com poucos sinais de efeitos prejudiciais. Em suma, o livre comércio é bom para o meio ambiente, bem como para o padrão de vida das pessoas.

Todavia, esses inúmeros benefícios não impediram a emergência de discursos exagerados com relação aos efeitos negativos do NAFTA. Já em 1998, quatro anos após a assinatura desse acordo, críticos canadenses afirmavam que o NAFTA ameaçava a soberania do país. Essa visão do NAFTA como algo ameaçador – que também está presente nas recentes declarações de Donald Trump – nunca se materializou.

O livre comércio possui efeitos indiscutivelmente positivos sobre a economia e o meio ambiente. Se Donald Trump quer negociar "um acordo melhor" para os Estados Unidos, isso deve significar um acordo comercial ainda mais liberalizante. Os eleitores estadunidenses devem ter isso em mente quando ouvirem Donald Trump criticando o livre comércio.

❶ Ver: Hufbauer, Gary Clyde; Schott, Jeffrey J. *NAFTA Revisited: Achievements and Challenges*. Washington, D.C.: Peterson Institute for International Economics, 2005, pp. 61-62.

❷ Ver: Caliendo, Lorenzo; Parro, Fernando. Estimates of the Trade and Welfare Effects of NAFTA. In: *Review of Economic Studies*, vol. 82, n. 01, 2015, p. 3, p. 27.

❸ Ver: Departamento de Censo dos Estados Unidos. Comércio de Bens com o Canadá. Comércio de Bens com o México.

❹ Disponível em: <<http://bit.ly/2dcvYnm>>.

❺ Disponível em: <<http://bit.ly/2bzyghL>>.

❻ Ver: Hills, Carla A. NAFTA's Economic Upsides. In: *Foreign Affairs*, 6 dez. 2013.

❼ Ver: Koopman, Robert et al. Give Credit Where Credit Is Due: Tracing Value Added in Global Production Chains. In: *NBER Working Paper Series*, n. 16426, 2010, p. 7 (Appendix).

❽ Ver: Nicita, Alessandro. Who Benefited from Trade Liberalization in Mexico? Measuring the Effects on Household Welfare. In: *Pesquisa Política do Banco Mundial Working Paper*, n. 3265, abr. 2004, p. 30, p. 47.

❾ Ver: Beddow, Jason M.; Pardey, Philip G. Moving Matters: The Effect of Location on Crop Production. In: *The Journal of Economic History*, vol. 75, n. 1, mar. 2015, pp. 219-249.

❿ Ver: Clerides, Sofronis. Gains from Trade in Used Goods: Evidence from Automobiles. In: *Journal of International Economics*, vol. 76, n. 2, dez. 2008, pp. 322-336.



Mathieu Bédard
Economista do Instituto de
Economia Montreal.

COMÉRCIO BILATERAL

Eleições nos Estados Unidos: momento para o México revisar suas relações comerciais?

Maximiliano Gracia Hernández

Ao refletir sobre os possíveis cenários para a Presidência dos Estados Unidos e seus efeitos sobre a economia mexicana, o autor sustenta que uma vitória de Trump pode estimular uma mudança na estratégia comercial adotada pelo México nos últimos anos, a qual tem apenas aprofundado a vulnerabilidade do país.

A economia mexicana é uma das mais diversificadas do mundo. Ao aderir, em 1986, ao Acordo Geral de Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT, sigla em inglês), o México deu início a um ambicioso processo de abertura do mercado interno. Na década seguinte, o México assinou o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA, sigla em inglês).

Embora caracterizado por um alto grau de abertura ao intercâmbio internacional, o México depende consideravelmente de um único parceiro. A forte influência exercida pelos Estados Unidos não resulta apenas da assinatura do NAFTA. De fato, tanto a proximidade geográfica quanto o desenvolvimento de complementaridades ao longo dos anos ajudam a explicar a forte ligação entre as economias estadunidense e mexicana.

Nos parágrafos a seguir, apresento uma série de reflexões sobre os possíveis efeitos que as eleições presidenciais nos Estados Unidos podem trazer para a economia do México. Ademais, apresento dados estatísticos que ilustram: i) essa relação bilateral de comércio; ii) o grau de dependência do México em relação aos Estados Unidos; e iii) a relação entre pesquisas de intenção de voto e o movimento da taxa de câmbio entre o peso e o dólar. Por fim, ofereço recomendações em caso de uma vitória do candidato do Partido Republicano, Donald Trump.

Hillary ou Trump?

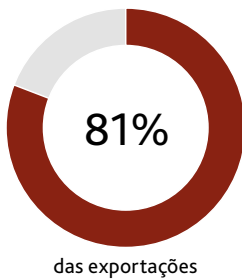
Desde a eleição de Barack Obama para a Presidência dos Estados Unidos, em 2009, houve uma expansão do produto interno bruto (PIB) do país. No entanto, a sociedade estadunidense é marcada pela polarização. Em grande medida, a atual atmosfera deriva do aumento da desigualdade: projeções apontam que 2% dos cidadãos possuem 90% da riqueza do país. Nesse contexto, a população escolherá um novo presidente em novembro de 2016.

O acirramento entre os dois principais candidatos à Presidência dos Estados Unidos aumenta a cada dia. Antes equivalente a 10 pontos percentuais, a diferença entre Hillary Clinton e Donald Trump chegou a três pontos em setembro de 2016. Em pelo menos uma pesquisa, um empate técnico foi apontado.

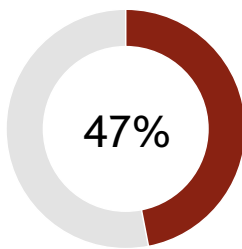
Particularmente, acredito que Hillary Clinton sairá vitoriosa das eleições de 8 de novembro. De qualquer maneira, as intenções de voto permitem que tracemos tendências e possíveis resultados. Caso não se deixem levar pela emoção, os eleitores estadunidenses manterão o Partido Democrata na Casa Branca.

O México ocupa o centro da discórdia nas atuais eleições presidenciais do país vizinho. Jamais o país havia ocupado um papel tão proeminente no debate político estadunidense. Abusando da retórica nacionalista, Donald Trump pretende construir um muro separando os dois países. O candidato pelo Partido Republicano espera que os próprios mexicanos financiem a obra. O método de cobrança seria um imposto sobre as remessas daqueles que atualmente trabalham ao Norte do Rio Grande.

Comércio mexicano com os Estados Unidos



das exportações



das importações

Fonte: Secretaria de Economia do México (2015)

O discurso de Trump traz uma novidade: o México nunca havia sido tão severamente criticado por um candidato à Presidência dos Estados Unidos. A retórica nacionalista tem sido apoiada por milhões de cidadãos estadunidenses, o que ajuda a explicar a indicação do bilionário como candidato pelo Partido Republicano.

Trump derrotou 16 concorrentes até ser indicado pelo Partido Republicano. Ao basear sua campanha em uma retórica de confrontação e medo, Donald Trump apela às emoções dos ouvintes. No atual ciclo eleitoral, o desfecho tem sido ira e ressentimento. É bem verdade, o chamado "sonho americano" dos anos 1950 e 1960 parece ter desaparecido para milhões de cidadãos estadunidenses. Não por acaso, o bilionário defende uma volta aos "velhos tempos". De um lado, busca o apoio dos marginalizados, de comunidades rurais e da classe média; de outro, promete liberdade de ação e proteção do poder econômico aos pares da classe empresarial.

No que se refere às relações com o México, a campanha de Donald Trump apresenta algumas ideias fundamentais: i) expulsão dos imigrantes cuja documentação está irregular; ii) negativa à naturalização dessas pessoas; iii) aumento do imposto às importações; iv) aumento no preço de diversas categorias de vistos de entrada aos Estados Unidos; v) construção de um muro de 1.600 quilômetros; e vi) ameaça de modificação do *Patriot Act*, com o objetivo de encerrar o fluxo de remessas financeiras ao território do país vizinho¹.

Em comparação com Donald Trump, Hillary Clinton possui enorme experiência política. Primeira-dama dos Estados Unidos durante oito anos, na década de 1990, conviveu com o processo decisório na administração de seu marido, Bill Clinton. Secretária de Estado na primeira administração Obama, contrasta com Trump por seu discurso preciso e repleto de propostas. Por isso, é provável que obtenha vitória caso a maioria dos eleitores escolham com a razão.

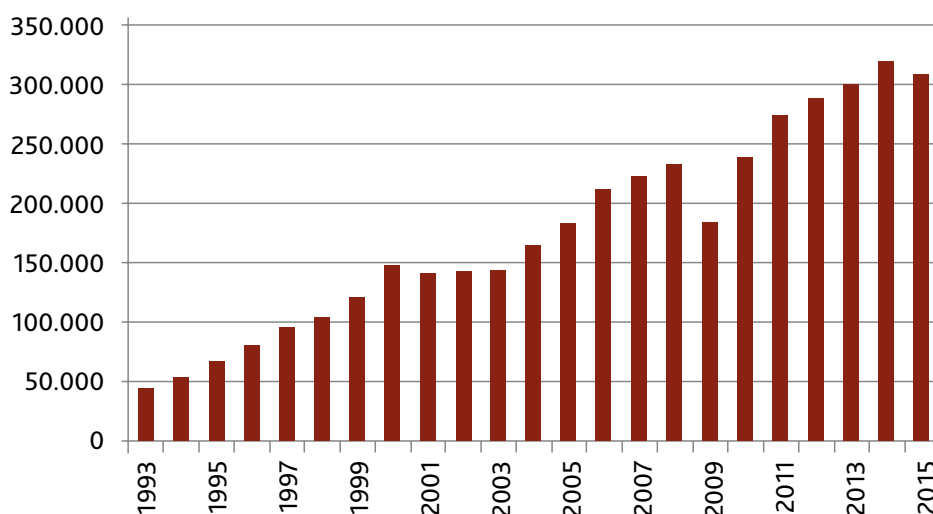
Quais são as oportunidades e riscos trazidos pelas eleições à Presidência dos Estados Unidos para a economia do México? Atualmente, as relações bilaterais estão debilitadas, principalmente após o convite do governo mexicano a ambos os candidatos para que visitassem o país. Feito em um momento marcado pela liderança de Hillary Clinton nas pesquisas, o convite acabou por constituir um erro de cálculo. Afinal, Trump aceitou imediatamente a oferta, confiante de que a viagem fortaleceria sua campanha. Desconfortável por receber tratamento semelhante àquele dado a um indivíduo conhecido pelos insultos ao país vizinho, a candidata do Partido Democrata não aceitou participar da iniciativa.

Diante do cenário atual, mesmo uma vitória de Hillary não significaria relações bilaterais ativas em um primeiro momento. Já no caso de um triunfo de Trump, a confrontação deverá ser a regra. Logo após voltar aos Estados Unidos, o candidato do Partido Republicano manteve a promessa de que o governo mexicano pagará pela construção do muro. Em resumo, o México enfrentará desafios seja qual for o desfecho das eleições. A seguir, discuto potenciais respostas a uma administração de Trump. Antes disso, entretanto, discuto os elementos centrais que explicam a vulnerabilidade do México em momentos de mudança em Washington.

A importância da economia estadunidense para o México

O México tem bons motivos para se interessar pelas eleições estadunidenses. Atualmente, cerca de 35 milhões de mexicanos e descendentes vivem nos Estados Unidos – o equivalente a 63% do total de imigrantes do país. Em 1980, eram 8,8 milhões. Desse contingente, 12 milhões de pessoas não possuem documentos – população superior àquela encontrada em 31 dos 32 estados do México. Um dos principais alvos da retórica de Trump, esse grupo é constituído por indivíduos em busca de uma melhor qualidade de vida. Nesse sentido, são falsas as afirmações do candidato de que a explicação da criminalidade ao Norte do Rio Grande pode ser encontrada nessa população mexicana. Ainda assim, uma vitória do Partido Republicano poderia implicar a expulsão de um grande número de pessoas.

Figura 1. Exportações mexicanas aos Estados Unidos (milhões de dólares)



Fonte: Elaboração própria com base em dados da Secretaria de Economía, México.

Ademais, os Estados Unidos constituem um parceiro comercial fundamental para o México, como mostram as estatísticas. Cerca de 81% das exportações mexicanas têm como destino final o mercado estadunidense. Por sua vez, as importações do país vizinho equivalem a 47% do total comprado pelo México. Marcada pela perenidade e profundidade, as relações bilaterais ganhariam fôlego adicional com a assinatura do NAFTA (ver Figura 1). Em 2016, o comércio entre os dois países atingiu a marca de quase US\$ 1 milhão por minuto.

Desde a assinatura do NAFTA, as exportações mexicanas aos Estados Unidos cresceram exponencialmente. De US\$ 42 bilhões em 1993, as vendas totalizaram US\$ 308 bilhões em 2015. Por sua vez, a participação estadunidense no comércio total do México chega a 40%. Tamanha dependência explica a vulnerabilidade do país às mudanças políticas em Washington.

O peso da vulnerabilidade

Diante da atual situação de vulnerabilidade, uma vitória de Donald Trump traria a necessidade de uma redução da dependência em relação aos Estados Unidos. A fim de alcançar tal objetivo, o governo mexicano deve esboçar um amplo conjunto de políticas, lidando com questões comerciais, financeiras e industriais. Uma das economias mais abertas da América Latina, o México possui acordos de livre comércio com 46 países, além de tratados de promoção e proteção recíproca de investimentos com 33 países. Por fim, conta com nove acordos de alcance limitado no âmbito da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI).

Apesar da intensa integração com a economia estadunidense, o intercâmbio crescente com os chineses abre possibilidades que merecem atenção. Na atualidade, a China já é a segunda principal parceira do México. Do mesmo modo, a Parceria Transpacífica (TPP, sigla em inglês) abre a possibilidade de uma expansão dos fluxos comerciais baseada no fomento à inovação e à competitividade.

Contudo, o aproveitamento das vantagens oferecidas por iniciativas como a TPP depende de reformas internas. Ao México, caberá produzir mais e melhor para o mercado internacional, incrementando a eficiência tanto do setor público como do privado. Igualmente, são necessários investimentos em infraestrutura. Caso o básico não seja resolvido, pouco importará o resultado das eleições estadunidenses ou suas consequências posteriores. Diga-se de passagem, tampouco servirá a assinatura de novos acordos. O governo mexicano deve agir não porque uma vitória de Trump é ameaçadora, mas porque gargalos estruturais dificultam o desenvolvimento do país.

Antes disso, caberá ao governo lidar com questões imediatas. A incerteza afeta o câmbio, uma variável central para um país tão dependente daquilo que ocorre do outro lado de suas fronteiras. À medida que aumenta a disputa entre Clinton e Trump, também ganha força a depreciação do peso mexicano. Com isso, empresas baseadas no México têm que lidar com custos crescentes para a importação de insumos. A compra de bens de capital também é afetada. Na outra ponta, consumidores sofrem com uma acelerada inflação.

Considerações finais

Para além da demagogia de Trump, muitas de suas propostas dependem de aprovação no Congresso. De fato, essa é a principal fortaleza da democracia. A renovação total da Câmara dos Representantes e de um terço do Senado em 2016 cria a necessidade de que o Partido Republicano obtenha maiorias em ambos os casos. Atualmente, tal probabilidade é pequena.

Acredito que uma vitória de Trump seria positiva para o México. Afinal, o governo mexicano poderia repensar sua estratégia comercial, estruturando-a como parte de uma política pública de fomento à expansão do mercado interno. Ao limitarmos a dependência em relação aos Estados Unidos, reforçaríamos nossa capacidade de atuação, criando a possibilidade de construção de uma economia mais inclusiva.

Independentemente do resultado final das eleições, o México deve buscar um aprofundamento das relações comerciais com outras regiões do mundo. É bem verdade que uma vitória de Trump traria desafios ao México em um primeiro momento. No entanto, o estabelecimento de uma estratégia de longo prazo voltada ao fortalecimento do mercado interno mexicano faria com que a má notícia se transformasse em um incentivo para mudanças positivas.

❶ Apenas no primeiro semestre de 2016, tais transferências chegaram a US\$ 13 bilhões.



**Maximiliano Gracia
Hernández**

Doutor em Economia
Internacional. Professor e
pesquisador no Colegio del
Estado de Hidalgo, México.

COMÉRCIO BILATERAL

As eleições nos Estados Unidos e as relações comerciais com a China

Dong Wang

Qual é a agenda econômica de Trump e Clinton para a China? Neste artigo, a autora discute o histórico da relação bilateral nessa seara e analisa as possibilidades e os limites de uma agenda comum entre Estados Unidos e China em matéria econômica.

No início de novembro, os eleitores escolherão entre Hillary Clinton e Donald Trump para a Presidência dos Estados Unidos. Ao mesmo tempo em que refletem a insatisfação com as perspectivas do país principalmente em termos econômicos, as duas campanhas presidenciais são marcadas pela incerteza e pelo caráter vago de algumas propostas. No centro da agenda dos dois candidatos está o objetivo de conter a expansão da China – o que não é uma novidade na agenda presidencial estadunidense.

Com efeito, desde os anos 1990, quando Bill Clinton estava em campanha, os candidatos à Presidência nos Estados Unidos adotam um discurso duro sobre a China. Saber como o atual ciclo eleitoral afetará as relações comerciais sino-americanas depende, provavelmente mais do que nunca, de uma atenta leitura do cenário político nacional e global.

Nos últimos cinco anos, os Estados Unidos revigoraram sua presença na Ásia-Pacífico. Nesse processo, à medida que a China crescia, passou a aspirar por um papel cada vez mais significativo no mundo. Como recentemente apontei no *Handbook of US-China Relations*, publicado em agosto de 2016, o impacto econômico global da China é frequentemente tratado com apreensão e, em parte, dentro de uma lógica de “nós” versus “eles”, ou ainda como o “fim do começo do século chinês”. Essas posições intelectuais e estratégicas ajudam a explicar alguns traços presentes nas campanhas eleitorais de Hillary Clinton e Donald Trump, apesar da crença geral de que as políticas raramente refletem a retórica de campanha.

Quais são as propostas econômicas de Trump e Clinton para a China? Quais seriam as potenciais zonas de conflito? A China é a maior potência comercial do mundo, com uma produção manufatureira orientada à exportação, além de uma detentora de expressivas reservas cambiais externas. Diante de tais circunstâncias, expandir a cooperação econômica com a China exige que os Estados Unidos façam escolhas políticas.

Clinton: uma continuação da “Diplomacia Inteligente”?

Muitas pessoas acreditam que a política de Hillary Clinton para a China será uma continuação da “Diplomacia Inteligente” (*Smart Diplomacy*), política implementada durante a administração Obama e avançada pela própria Hillary Clinton há alguns anos. Aos olhos das elites chinesas, tal política significa a contenção da China, considerada um Estado “pivô na Ásia”, cuja importância estratégica se reflete no envolvimento estadunidense na disputa pelo Mar Sul da China.

Clinton manifestou publicamente suas críticas à China em matéria de direitos humanos em diversas ocasiões desde 1995, quando participou como primeira-dama dos Estados Unidos da 4ª Conferência Mundial sobre as Mulheres, em Beijing. Por outro lado, seu posicionamento de “falcão” como secretária de Estado da gestão Obama explica seu apoio à participação dos Estados Unidos em fóruns megaregionais e bilaterais sobre economia e segurança, na região da Ásia-Pacífico.

Desde 2011, a estratégia do “pivô na Ásia” e a nova iniciativa econômica no Pacífico contribuíram para a multiplicação das oportunidades de negócios na região. Esse

**Balança comercial
Estados Unidos-China
(bens)**Importações
estadunidenses**US\$ 484 bilhões**Exportações
estadunidenses**US\$ 116 bilhões***Fonte: Censo dos Estados Unidos
(2015)*

movimento ocorreu paralelamente ao aumento da cooperação entre a China, de um lado, e Rússia, Europa, Ásia Central, Sudeste Asiático, África e América Latina, de outro. Para Clinton, os Estados Unidos e a China devem trabalhar juntos para garantir "um crescimento global forte, sustentado e equilibrado no futuro". Contudo, a candidata não é clara quando questionada sobre o papel que a China deveria exercer no mundo.

Em sua campanha eleitoral, Clinton manifesta sua oposição ao atual texto da Parceria Transpacífica (TPP, sigla em inglês) – que ainda precisa ser ratificado pelo Congresso –, negociado entre Estados Unidos, Austrália, Brunei, Canadá, Chile, Cingapura, Coreia do Sul, Japão, Malásia, México, Nova Zelândia, Peru e Vietnã. Cabe ressaltar que a TPP constituiu uma das peças centrais defendidas por Hillary Clinton para lidar com a ascensão da China.

A China poderia ser uma potência comercial e um ator econômico sem que isso implicasse uma presença militar no mundo em termos proporcionais? A questão mais importante é: como os Estados Unidos lidariam com seu dilema eurasiático em relação ao "pivô na Ásia", que muitos críticos consideram difícil de completar?

Uma parcela significativa dos chineses prefere que Clinton seja eleita à Presidência dos Estados Unidos, com a expectativa de que, juntamente às elites de Washington, Clinton "defenderá a supremacia global dos Estados Unidos a qualquer preço" – o que envolve mais conflitos geopolíticos do que o exercício do poder econômico dos Estados Unidos. Para alguns, esse cenário beneficiaria a China. Um número considerável de críticos, entretanto, prevê que a Presidência de Clinton provavelmente enfrentaria uma relação geopolítica e diplomática mais difícil e agitada entre China e Estados Unidos – uma espécie de reconstituição do mandato presidencial de Bill Clinton.

Trump: uma nova agenda sobre China?

Derrotando todas as previsões, Donald Trump goza, até agora, de enorme popularidade entre muitos chineses que gostam dele por sua "honestidade", mentalidade anti-*establishment* e por falar com clareza às pessoas comuns – particularmente a classe trabalhadora branca e marginalizada. Outros têm opiniões negativas por causa de sua retórica irracional e caprichosa.

Os ataques de Trump à China reforçam temas antigos, como os direitos de propriedade intelectual, a perda de empregos devido à concorrência chinesa e as taxas de câmbio da moeda chinesa – todas preocupações de longa data dos Estados Unidos em relação à China. Trump propõe medidas protecionistas contra as importações chinesas por meio de tarifas elevadas e sugere a partilha de encargos e responsabilidades entre os aliados dos Estados Unidos na Ásia-Pacífico, especialmente Japão e Coreia do Sul, uma repetição de ideias apresentadas pelo presidente Richard Nixon há quatro décadas. No entanto, as duras palavras de Trump sobre a ineficácia da política do presidente Obama para a China despertam incertezas.

Para alguns estudiosos, a China está lentamente minando a dominância do dólar estadunidense como moeda de reserva, criando, assim, a estrutura para uma expansão gradual de seu papel nas finanças globais. Tais posições implicam um engajamento mais limitado no exterior por parte dos Estados Unidos. De acordo com alguns analistas chineses, isso pode abrir espaço para a direita japonesa e aumentar o perigo de um conflito militar na região da Ásia-Pacífico. Nesse sentido, uma eventual administração Trump é associada de forma geral a sentimentos nacionalistas e criaria mais tensões econômicas com a China.

Trump critica a desvalorização artificial da moeda chinesa e prometeu designar a China como um "país manipulador de moeda". Algo na mesma direção foi expressado por Clinton em sua objeção à TPP. Contudo, tais movimentos não seriam capazes de reverter a tendência de internacionalização do Yuan Chinês. Muitos observadores estão convencidos de que o Yuan se tornará uma alternativa ao Dólar americano em mercados internacionais. Desde 1º de outubro de 2016, o Yuan foi adicionado à cesta de Direitos Especiais de Saque

Principais parceiros comerciais da China

1° Estados Unidos

2° Hong Kong

3° Japão

4° Coreia do Sul

5° Alemanha

Fonte: Banco Mundial (2015)

(SDR, sigla em inglês), administrada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Agora, a moeda chinesa é a terceira moeda com maior participação na cesta de SDR (10,92%), atrás apenas do Dólar americano (41,73%) e do Euro (30,93%).

A inclusão do Yuan à cesta de SDR pode resultar em um aumento de confiança na China. Trata-se de um marco na internacionalização do Yuan, além de um passo importante em direção à integração da economia do país e à reforma da infraestrutura financeira da China.

É possível uma agenda comum?

As relações econômicas entre Estados Unidos e China podem permitir que ambos os países, apesar das diferenças, articulem uma agenda comum. Essa dinâmica paradoxal confere um propósito e um significado à busca contínua dos Estados Unidos e da China por ordem. Existe um grande potencial para as relações econômicas sino-americanas, mas isso dependerá da capacidade dos dois países de desviar ou recuar em suas posições divergentes em matéria de comércio, segurança, estratégia e ideologia.

Desde o início de 2013, as vozes de ambos os lados do Pacífico têm fortemente defendido um novo modelo de relações entre as grandes potências para a cooperação de longo prazo. No entanto, as diferenças entre os Estados Unidos e a China são óbvias. Para os Estados Unidos, entre as principais áreas de disputa com a China em 2014 e 2015, está a alegação de que a China prejudicou empresas e ameaçou a segurança nacional dos Estados Unidos ao cometer um cyber-roubo. Do outro lado, está a recuperação chinesa do disputado Mar do Sul da China.

Sob a perspectiva estadunidense, a insatisfação da China com o sistema global não se reflete em propostas construtivas para transformá-lo. Para a China, os Estados Unidos constituem o fator desestabilizador na Ásia e no mundo, além de sistematicamente violarem as regras na política internacional e atribuírem pesos e medidas diferentes a depender de seus interesses. Na China, defende-se que este país está não apenas integrando o sistema mundial – e não fragmentando-o –, mas também fazendo contribuições construtivas em áreas como manutenção da paz e mudança climática. Além disso, sustentam que a China tem reinventado seu modelo de crescimento à medida que se desenvolve e tratado parte de seus problemas, ao passo que o estágio maduro da economia dos Estados Unidos dificulta a abertura de espaços para reformas estruturais.

Entre 2013 e 2014, o governo chinês lançou oficialmente a iniciativa "Um Cinturão, Uma Estrada" ("One Belt, One Road"), que se concentra em investimentos de infraestrutura na região Eurasiática, no Sudeste Asiático e em países da África. No debate em andamento nos últimos vinte anos no Ocidente sobre como canalizar a ascensão da China, este país passou a ser associado a uma estratégia global substantiva, especialmente desde o início da administração Xi Jinping e Li Keqiang, em 2013, em comparação com os Estados Unidos e outros países desenvolvidos.

Os críticos concordam que a influência internacional da China deriva, em grande medida, de sua força econômica – o país é o maior importador e exportador do mundo, o maior credor global, o principal destino do investimento externo direto (IED) no mundo, um investidor externo em uma ampla gama de países em desenvolvimento na Ásia, África e América Latina. O comércio de exportação chinês e o uso de mão de obra nesse país estão cada vez mais sofisticados: atualmente, a China tem terceirizado o trabalho de baixa qualificação, por exemplo, para a África e América Latina. Embora tal dinâmica tenha sido exitosa e contribuído para o desenvolvimento de outros países, as políticas da China voltadas para fora ("*going out policies*") têm sido criticadas pelos dois candidatos à Presidência nos Estados Unidos sob o argumento de que não estão em conformidade com padrões de direitos humanos, trabalho local e meio ambiente.

Considerações finais

O que a liderança de Clinton ou Trump significa para as relações econômicas entre Estados Unidos e China? A julgar pelo histórico dessa relação bilateral, é pouco provável que haja

uma mudança radical, embora isso não seja impossível. Dentro de circunstâncias normais, as ligações bilaterais continuarão a crescer. Estima-se que 6,5 milhões de turistas chineses visitarão os Estados Unidos entre 2016 e 2020.

Domesticamente, desde o 18º Congresso do Partido Comunista Chinês, em novembro de 2012, a China tem implementado seu plano econômico, que promete mudanças estruturais ao longo da próxima década, com um papel muito mais forte para as forças do mercado na alocação de capital e de recursos na economia. Lidar com anticorrupção, governança sob o Estado de Direito, economia ecológica, mercado imobiliário, sistema bancário paralelo (também conhecido como "bancos-sombra"), financiamento e pagamento online, envelhecimento da população e cobertura nacional de seguros médicos e pensionários estão na agenda de reformas.

De acordo com o plano econômico referido acima, a China almeja tornar-se um ator estratégico na reestruturação financeira global. Além disso, em setembro de 2016, a China publicou seu terceiro plano de ação em direitos humanos, correspondente ao período 2016-2020.

Outro tema com o qual tanto Hillary Clinton quanto Donald Trump terão que lidar é o controle da Rússia, desde 2014, sobre a Crimeia, bem como as transformações recentes na situação da Ucrânia, do Oriente Médio e da Europa. Esse quadro tem complicado ainda mais as dimensões geopolíticas e econômicas das relações sino-estadunidenses. Rússia e China, por exemplo, têm articulado uma parceria estratégica abrangente. Alguns analistas, entretanto, consideram essa parceria insustentável, além de marcada pela falta de substância e por conflitos mútuos na Ásia Central.

Em outro trilha, a decisão aprovada em referendo no Reino Unido de retirada da União Europeia (UE) – conhecida como "Brexit" – mina a confiança no Euro e no próprio bloco europeu. Enquanto isso, a estratégia da China de penetração continua em ritmo acelerado. Exemplo recente disso é a construção do Parque Industrial China-Bielorrússia antes do previsto, como parte da iniciativa "Um Cinturão, Uma Estrada". A China continua a avançar, agora com seus próprios aviões ARJ21 Jet, disponíveis no mercado comercial.

As preocupações de Clinton e Trump quanto à abertura da China ao investimento e negócios externos são certamente legítimas. À medida que a China cresce economicamente, também aumentavam as barreiras voltadas a proteger suas marcas e produtos nacionais – o que pode ser facilmente percebido, por exemplo, pela expansão da UnionPay, Zhifubao, WeChat como meios de pagamento, em concorrência direta com cartões de crédito estrangeiros.

Dentro de um curto espaço de tempo a China passou de um baixo perfil a uma busca ativa e assertiva de seu status global. Dentro das condições atuais, a China continuará a crescer e a pedir que os Estados Unidos façam o mesmo, abrindo seu mercado especialmente no setor financeiro e bancário, na tentativa de impulsionar um Tratado de Investimento Bilateral entre Estados Unidos e China. É provável, portanto, que o(a) candidato(a) que ocupar a Presidência dos Estados Unidos terá mais dificuldades em desafiar a China. Se os dois países trabalharão em uma agenda conjunta, entretanto, é uma questão de vontade política.



Dong Wang

Professora da Universidade de Shanghai. Pesquisadora Associada do Centro de Fairbank de Estudos Chineses da Universidade de Harvard.

❶ Alguns materiais desse ensaio foram extraídos do capítulo, "EUA-China Relações Econômicas", em Andrew Tan, ed, *A Handbook of US-China Relations*, Surrey, UK: Edward Elgar Publishing, 2016, pp. 155-177.

AGRICULTURA

Agricultura e política comercial nos Estados Unidos

Stephanie Mercier

Este artigo discute como a ação de grupos domésticos influencia as estratégias comerciais dos Estados Unidos nas negociações em matéria de agricultura. A autora também analisa como os possíveis cenários eleitorais nos Estados Unidos podem afetar essa dinâmica.

A maioria dos grupos ligados à agricultura nos Estados Unidos observa atentamente a política de comércio internacional adotada por Washington. No entanto, esse foco é relativamente recente quando comparado aos 240 anos de história do país. Séries estatísticas de longo prazo mostram que os Estados Unidos somente se tornaram um exportador líquido de *commodities* agrícolas de forma mais consistente a partir da década de 1960. Da mesma maneira, o valor das exportações agrícolas estadunidenses só ultrapassou os US\$ 10 bilhões anuais após 1973.

Consequentemente, as exportações agrícolas dos Estados Unidos não representaram um motivo suficiente para a incorporação de um capítulo especificamente dedicado a comércio – e ajuda alimentar – na *Farm Bill* até o *Agricultural and Food Act* de 1981. A iniciativa ocorreu quase cinco décadas após a assinatura da primeira *Farm Bill*, em 1933.

A influência do setor agrícola sobre os negociadores comerciais

Os grupos de representação do setor agrícola e seus aliados no Congresso dos Estados Unidos geralmente são de estados onde a atividade possui importância econômica. Sua influência sobre os distintos aspectos da política comercial estadunidense é tanto direta quanto indireta. Recentemente, a controvérsia relativa à conveniência de aprovação da Parceria Transpácífica (TPP, sigla em inglês) levou as negociações comerciais ao centro do debate público no país. De fato, tanto Hillary Clinton quanto Donald Trump discutiram ativamente a questão em suas campanhas.

É importante esclarecer que nem todos os grupos agrícolas estadunidenses possuem a mesma posição em relação à política comercial e à conveniência de acordos de livre comércio. Da mesma forma, alguns grupos mudaram sua posição ao longo do tempo. Por exemplo, os Estados Unidos eram um importador líquido de produtos suínos até 1995 e, em alguns anos, apareceram também como um importador líquido de carne bovina. Por isso, ambos os setores apoiaram a chamada *Meat Import Law* até 1994, quando a medida teve que ser abandonada após a conclusão da Rodada Uruguai da Organização Mundial do Comércio (OMC). Atualmente, o Conselho Nacional de Produtores Suínos (NPPC, sigla em inglês) é um dos principais defensores da liberalização comercial entre os grupos agrícolas.

A maioria dos grupos agrícolas não se posiciona em relação a determinado acordo até que possa avaliar a aderência do texto final a seus interesses. No caso da TPP, praticamente todos os grupos apoiaram publicamente o acordo. A exceção é a União Nacional dos Agricultores (NFU, sigla em inglês), que geralmente se opõe à liberalização comercial, e a Federação do Arroz dos Estados Unidos, cuja posição oficial ainda não foi divulgada.

A participação estadunidense em um acordo de livre comércio geralmente é avaliada por dois comitês do Congresso: o Comitê de Meios e Recursos na Câmara dos Representantes e o Comitê de Finanças no Senado. A alocação de atribuições deve-se principalmente à tradição de queda nas receitas federais após mudanças no sistema tarifário. Contudo, a liderança da Câmara e o Comitê de Agricultura do Senado buscam, de forma contínua, informar os negociadores sobre suas opiniões e preocupações em questões relativas a agricultura em um acordo. Nesse processo, tipicamente chamam a atenção os capítulos sobre acesso a mercado e medidas sanitárias e fitossanitárias. Ambos os comitês atraem principalmente membros de estados ou distritos onde a agricultura constitui um fator econômico fundamental. Da mesma forma, os representantes costumam consultar os

**Produção agrícola
dos Estados Unidos
(milhões de toneladas)**

Milho

2003

256

2013

354

Soja

2003

67

2013

89

Trigo

2003

64

2013

58

Fonte: FAO (2016)

principais grupos agrícolas ou eleitores de seus estados antes de avaliar uma negociação comercial. Ademais, sete senadores atualmente participam tanto do Comitê de Agricultura quanto do Comitê de Finanças, algo que lhes garante influência adicional.

Além desse efeito sobre as negociações comerciais no Congresso, os representantes de grupos agrícolas também se beneficiam da existência de um sistema de consulta que oferece acesso direto aos negociadores comerciais estadunidenses. O esquema foi incluído no *Trade Act* de 1974, legislação que estabeleceu os parâmetros de atuação do governo dos Estados Unidos em negociações comerciais. O Comitê Consultivo sobre Política Agrícola (APAC, sigla em inglês) é um dos grupos que propõe e avalia posições para setores fundamentais da economia do país. Existem ainda outros seis conselhos consultivos – chamados de Comitês Consultivos sobre Comércio Agrícola (ATAC, sigla em inglês) – que se dedicam à análise de políticas voltadas a subsectores da agricultura, como produtos animais, frutas e verduras.

Interessados em participar de qualquer um desses sete comitês são indicados por grupos ligados ao setor agrícola. Os membros são selecionados pelo Departamento de Agricultura e pelo representante de Comércio dos Estados Unidos (USTR, sigla em inglês). Os mandatos dos membros do APAC e do ATAC são de quatro anos, com a possibilidade de renovação do mandato ao fim do período – como ocorre em grande parte dos casos. Viagens ao exterior para acompanhar negociações comerciais são frequentes, permitindo uma interação contínua com os responsáveis por apresentar a posição estadunidense.

Os Estados Unidos e os compromissos da OMC em agricultura

Embora o Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT, sigla em inglês) tenha sido o palco de sete rodadas de negociação após seu estabelecimento em 1948, foi somente durante a Rodada Uruguai, iniciada em 1986, que os países concordaram em discutir seriamente o papel distorcivo das políticas agrícolas ao redor do globo.

Em parte devido à sensibilidade política da questão agrícola – e também pelo fato de que as negociações da Rodada Uruguai se estenderam por oito anos –, os compromissos assumidos ao fim dos debates foram pouco ambiciosos. De fato, algumas decisões refletiam reformas já implementadas pelos membros do GATT durante as negociações.

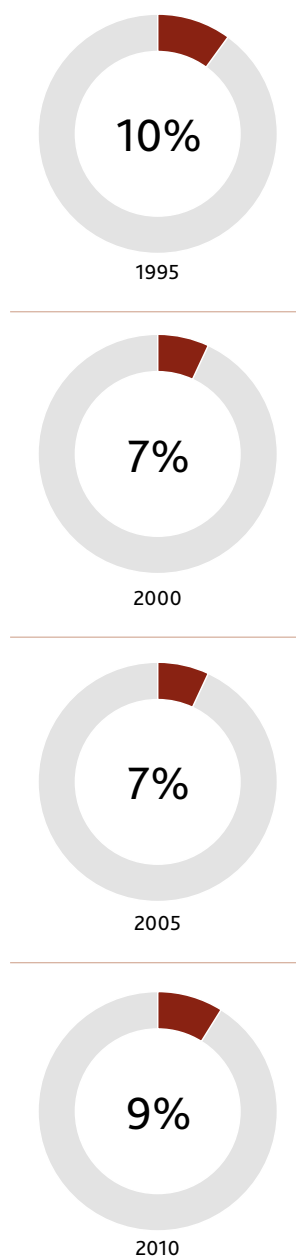
Tendo em vista a necessidade de mudanças na legislação estadunidense para a internalização dos compromissos assumidos ao fim da Rodada Uruguai, as principais decisões multilaterais relativas ao tema agrícola foram incluídas no *Uruguay Round Agreement Act*. Aprovada no Legislativo em 1994 sob o regime de fast track, a legislação não enfrentou dificuldades substantivas na votação: foram 288 votos favoráveis e 146 contrários na Câmara, e 76 favoráveis e 24 contrários no Senado.

O Acordo sobre Agricultura da Rodada Uruguai buscava regular três áreas principais da política agrícola entre os países desenvolvidos: i) tarifas e restrições quantitativas à importação (ou seja, acesso a mercado); ii) programas de subsídio à exportação; e iii) subsídios domésticos.

A fim de garantir que as leis mais relevantes estivessem em conformidade com o referido Acordo, o *Uruguay Round Agreement Act* previa o fim das restrições quantitativas à importação para produtos como algodão, queijo e tabaco e o estabelecimento de cotas tarifárias. Ademais, a legislação determinava o fim do *Meat Import Act* e restringia o

os representantes de grupos agrícolas também se beneficiam da existência de um sistema de consulta que oferece acesso direto aos negociadores comerciais estadunidenses.

Participação das exportações agrícolas no total vendido ao exterior pelo Estados Unidos



Fonte: USDA (2016)

financiamento e a quantidade das *commodities* agrícolas que seriam subsidiadas para a exportação por iniciativas como o Programa de Fortalecimento das Exportações (EEP, sigla em inglês) e o Programa de Incentivo à Exportação de Laticínios (DEIP, sigla em inglês). Por fim, o texto estabelecia um novo sistema para a promulgação de regulações sanitárias e fitossanitárias nos Estados Unidos. Embora o governo estadunidense tenha concordado em restringir o gasto anual total em auxílio doméstico à agricultura, os compromissos não exigiam mudanças nos programas existentes – cuja última modificação ocorrera em 1990, pelo *Food, Agriculture, Conservation, and Trade Act*.

Iniciada em 2001, a Rodada Doha já acumula quinze anos de frustrações. No princípio, os Estados Unidos e outros países desenvolvidos pareciam determinados a negociar um acordo que contemplasse um conjunto diverso de setores e temas. Batizada de "colheita única" ("*single harvest*"), a iniciativa foi abandonada devido ao limitado progresso nos debates. Após o fracasso de Genebra em 2008, os ministros optaram pela busca de acordos concretos, porém modestos, em áreas específicas, como foi o caso do Acordo de Facilitação do Comércio (TFA, sigla em inglês) na Conferência Ministerial de Bali; e do acordo voltado à regulação dos subsídios à exportação agrícola e formas similares de intervenção do mercado na Conferência Ministerial de Nairobi, em 2015.

Desde o lançamento da Rodada Doha, o Congresso dos Estados Unidos aprovou três *Farm Bills* diferentes – em 2002, 2008 e 2014. Cada uma dessas concedeu autoridade ao secretário de Agricultura para que reduzisse subsídios à agricultura, diante da possibilidade de que os pagamentos totais excedessem os compromissos assumidos pelos Estados Unidos no Acordo sobre Agricultura da Rodada Uruguai.

No processo de negociação, alguns rascunhos propunham uma restrição significativa à capacidade dos Estados Unidos e de outros países desenvolvidos de conferirem auxílios distorcivos ao comércio a seus agricultores. No entanto, não existe, até o momento, um consenso no âmbito multilateral a respeito do tema. Consequentemente, os legisladores em Washington parecem pouco dispostos a reduzir o financiamento ou a modificar os programas de apoio, alinhando-os com as características de um eventual acordo. Grupos ligados ao setor agrícola já deixaram claro que considerariam tal iniciativa um caso de "rendição unilateral", motivo suficiente para uma enérgica oposição.

Qual o impacto da campanha presidencial de 2016 sobre a política comercial?

Na atual campanha presidencial, tanto o Partido Democrata quanto o Republicano mostram posições contrárias à TPP. O acordo, que congrega 12 países da América do Norte, Ásia e Oceania, ainda não foi avaliado pelo Congresso estadunidense. Segundo Hillary Clinton, o texto atual da TPP não levaria à geração de empregos ou à melhora dos salários no país. Dos dez acordos comerciais analisados durante sua carreira no Senado, Hillary Clinton apoiou seis. Por sua vez, Donald Trump considera todos os acordos negociados previamente pelo governo estadunidense "maus acordos". Em julho de 2016, o bilionário sugeriu que os Estados Unidos deveriam deixar a OMC, descrevendo o sistema multilateral de comércio como um "desastre".

Embora tais posições reflitam a visão das alas ativistas tanto no Partido Democrata quanto no Republicano, não se sabe se esses posicionamentos são compartilhados pela opinião pública. Segundo uma pesquisa de opinião realizada pela firma Morning Consult em agosto de 2016, 35% dos respondentes apoiam a TPP – contra uma oposição de 22%.

os legisladores em Washington parecem pouco dispostos a reduzir o financiamento ou a modificar os programas de apoio [a agricultores], alinhando-os com as características de um eventual acordo [na OMC].

Contudo, 43% dos indivíduos consultados afirmaram não possuir informação suficiente para formular uma opinião sobre a conveniência do acordo.

Recentemente, cogitou-se que, apesar das posições de ambos os candidatos, o Legislativo poderia buscar a finalização dos trabalhos relativos à adoção da TPP no período entre as eleições de 8 de novembro de 2016 e o fim do ano. No entanto, o presidente da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos, Paul Ryan, indicou, em coletiva de imprensa concedida em 8 de setembro, que os votos necessários para a aprovação do acordo eram insuficientes.

Mesmo que as lideranças no Congresso desejem aprovar a legislação até o fim de 2016, o período para fazê-lo pode não ser suficiente. Antes da submissão à análise dos parlamentares, o presidente deve enviar ao Congresso uma versão final do texto do acordo e a visão da administração sobre quais leis deveriam ser modificadas no ordenamento interno. Em posse dessa informação, os Comitês responsáveis podem sugerir provisões para serem incorporadas à legislação a ser submetida como parte do processo de ratificação. Até o momento, nenhuma dessas ações foi levada adiante, seja pelo Executivo, seja pelo Legislativo. Por fim, tanto a Câmara dos Representantes quanto o Senado entraram em recesso no final de setembro e devem retomar as atividades apenas em novembro.

Com base em tais considerações, a impressão é de que a aprovação da TPP nos Estados Unidos seguirá em um limbo pelo menos até 2017. As opiniões de Hillary Clinton e Donald Trump sugerem que a espera será maior. Os grupos ligados ao setor agrícola têm um enorme trabalho adiante caso queiram concretizar o objetivo de garantir a aprovação do acordo.



Stephanie Mercier
Diretora de políticas públicas na
Farm Journal Foundation, em
Washington, D.C.

Informações úteis

Natura abre processo de seleção para estagiário em diversas áreas

A Natura está com processo de seleção aberto para a contratação de estagiários nas seguintes áreas: operações e logística (*supply chain*); inovação (Pesquisa & Desenvolvimento); pessoas e cultura (RH); comercial; finanças; marketing; tecnologia digital; Instituto Natura; comunicação interna; sistemas de gestão; e assuntos corporativos. Os interessados devem estar matriculados regularmente em cursos de Graduação na área de Exatas, Humanas ou Biológicas. Exige-se, ainda, que os candidatos saibam utilizar o Pacote Office. As vagas ofertadas estão distribuídas nas unidades da Natura de Cajamar (SP), São Paulo (SP) e Benevides (PA). Detalhes sobre cada uma das vagas podem ser acessados [aqui](#). Após uma primeira triagem, os candidatos farão uma prova de lógica e *selfie online* (vídeo currículo) e, caso aprovados, participarão de uma etapa presencial, constituída por um painel e uma entrevista com o gestor da respectiva área. Os candidatos selecionados terão direito a vale-refeição, vale-transporte; assistência médica e odontológica; seguro de vida; entre outros benefícios. As inscrições para o processo seletivo devem ser encaminhadas até 16 de outubro. Para mais detalhes sobre a inscrição e o processo de seleção, clique [aqui](#). Dúvidas adicionais podem ser encaminhadas para o e-mail: <suporte@across.jobs>.

Amani Institute contrata gerente de programas educacionais em inovação social

O Amani Institute está contratando um gerente de programas educacionais em inovação social para trabalhar em São Paulo, na implementação de projetos a partir de 2017. A empresa tem como objetivo contribuir para a preparação de agentes de mudança na busca por soluções aos principais desafios do século XXI, seja por meio de universidades ou outros canais. Os programas do Amani Institute são realizados principalmente em Nairobi (Quênia) e São Paulo (Brasil) e já contaram com participantes de mais de 35 países. Na posição de gerência, estão contempladas atividades como coordenação do Programa de Gestão em Inovação Social; coordenação dos estudantes e dos professores; orientação aos estudantes sobre gestão de carreira e abertura de um negócio social; estabelecimento e renovação de parcerias com universidades e demais instituições de ensino; e coordenação do currículo acadêmico. Os candidatos devem ter Ensino Superior completo em Administração ou áreas afins, além de conhecimentos avançados e fluência em inglês (escrita e conversação) e domínio do Pacote Office. Para o exercício da função, exige-se, ainda, experiência profissional de 5 anos; experiência acadêmica ou em formação de pessoas (gestão e aula) e, preferencialmente, experiência com ações de impacto

social ou inovação por um tempo prolongado. O escritório do Amani Institute está localizado à Travessa Dona Paula, Casa 124, Consolação (São Paulo/SP). Para mais informações sobre o processo de seleção, clique [aqui](#) ou envie um e-mail para Andrea Provenzano (provenzano@singolla.com.br).

IBGC abre processo de seleção para coordenador de pesquisa

O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) está selecionando um coordenador para a área de Pesquisa e Conteúdo Objetivo, que será responsável por apoiar o planejamento e executar as ações da área de forma estratégica. Entre as atividades contempladas na posição de coordenador estão: gerenciar parcerias para a ampliação das pesquisas sobre governança no país; redigir artigos e atender à imprensa; coordenar as propostas de conteúdo das pesquisas, internas ou externas; e monitorar e analisar os níveis de penetração das publicações e pesquisas do IBGC. Os candidatos devem ter concluído a Graduação em Administração, Economia ou Direito; experiência prévia com coordenação de projetos, elaboração de artigos, relatórios de pesquisa ou documentos técnicos; e fluência em inglês e espanhol. O candidato selecionado contará com benefícios como Vale Refeição, Vale Transporte, Plano de Saúde e Odontológico, Seguro de Vida e Capacitação Profissional. Os interessados devem enviar sua pretensão salarial junto com a candidatura. Os currículos devem ser enviados para <janaina@ibgc.org.br>.

ONU abre inscrição para concurso de ensaios sobre desenvolvimento sustentável

A Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO, sigla em inglês) está com inscrições abertas para o concurso de trabalhos acadêmicos sobre desenvolvimento sustentável. Mais precisamente, os textos devem responder à pergunta: "Qual é o papel da indústria 4.0 para alcançar a meta 9 da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável?". O objetivo número 9 dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) prevê a construção de infraestruturas resistentes, a promoção da industrialização inclusiva e sustentável e o fomento à inovação. Os vencedores apresentarão suas pesquisas à comunidade acadêmica durante a celebração do 50º Aniversário da UNIDO, em Viena (Áustria), com todas as despesas de viagem custeadas pelas Nações Unidas. Os interessados devem enviar, até 15 de outubro, um artigo acadêmico de 1,5-2 mil palavras, acompanhado de um resumo de 300 palavras – ambos escritos em inglês. São elegíveis a enviar candidaturas jovens de 23 a 30 anos. Para mais informações, clique [aqui](#).

Publicações



O Comércio na Transformação do Nosso Mundo: Opções para o Acompanhamento e a Revisão dos Elementos relacionados ao Comércio da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável **ICTSD, IISD – junho 2016**

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável parte da ideia de que o comércio e a política comercial são fundamentais para transformar nosso mundo. Este estudo discute como mensurar, nos próximos 15 anos, os avanços no cumprimento das metas estabelecidas na Agenda 2030 em matéria de comércio. Por oferecer uma contribuição difusa à Agenda 2030, o comércio coloca desafios significativos à definição de ferramentas de mensuração. O estudo identifica seis conjuntos de elementos relacionados ao comércio na Agenda 2030 – entre eles, o acesso a financiamento e o sistema multilateral de comércio. O estudo pode ser acessado [aqui](#).



Conteúdo de trabalho nas exportações manufatureiras mexicanas, 2008 e 2012 **CEPAL – agosto 2016**

Com base em matrizes de insumo-produto desenvolvidas pelo Instituto Nacional de Estatística e Geografia (INEGI), o estudo estima o número de postos de trabalho compreendidos nas exportações de bens manufaturados mexicanos entre 2008 e 2012. São analisados tanto dados de trabalho direto, necessário para produzir mercadorias exportadas; como indireto, ou seja, o trabalho presente em insumos nacionais contidos nas exportações, somado ao emprego gerado por todos os impactos indiretos derivados da produção de bens intermediários. O emprego nas exportações é dividido em setores industriais exportadores e setores em que o emprego é criado. Como qualquer setor exportador requer bens intermediários produzidos no mesmo setor ou em outro, o conteúdo de trabalho indireto das exportações é dividido entre o emprego indireto intra-e intersetorial. O estudo está disponível [aqui](#).



Relatório do Investimento Mundial 2016 **UNCTAD – junho 2016**

Em 2015, a recuperação global do investimento externo direto (IED) foi forte, com aumento de 38%. No entanto, parte do crescimento do IED resultou de grandes reconfigurações corporativas de empresas multinacionais, as quais transferiram sua sede por razões estratégicas. Com o subtítulo “Nacionalidade do Investidor: Desafios para as Políticas Públicas”, este Relatório da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, sigla em inglês) analisa as estruturas de propriedade das empresas multinacionais, as quais têm se tornado mais complexas, e discute as práticas da política de investimento nos âmbitos nacional e internacional. O Relatório está disponível [aqui](#).



Panorama do Emprego da OCDE 2016 **OCDE – julho 2016**

A edição de 2016 deste relatório, publicado anualmente pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), mapeia as tendências do mercado de trabalho e as perspectivas de curto prazo para os países que integram a Organização. Tal abordagem concentra-se no caso dos jovens vulneráveis, entendidos como aqueles que não possuem trabalho ou formação – grupo que tem crescido em muitos países membros da OCDE. A meta da Organização é reduzir, até 2025, o número de jovens em situação de vulnerabilidade em 15%. O documento está disponível [aqui](#).

EXPLORE O MUNDO DO COMÉRCIO E DO DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL POR MEIO DA REDE BRIDGES DO ICTSD

PUENTES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável
Enfoque na América Latina e no Caribe - Publicação em espanhol
www.ictsd.org/news/puentes

BIORES

Informações e análises sobre comércio e meio ambiente
Enfoque internacional - Publicação em inglês
www.ictsd.org/news/biores

BRIDGES

Informações sobre comércio sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável
Enfoque internacional - Publicação em inglês
www.ictsd.org/news/bridges

桥

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável
Enfoque internacional - Publicação em chinês
www.ictsd.org/news/qiao

МОСТЫ

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável
Enfoque nos países da CEI - Publicação em russo
www.ictsd.org/news/bridgesrussian

BRIDGES AFRICA

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável
Enfoque na África - Publicação em inglês
www.ictsd.org/news/bridges-africa

PASSERELLES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável
Enfoque nos países francófonos da África - Publicação em francês
www.ictsd.org/news/passerelles



International Centre for Trade and Sustainable Development

Chemin de Balexert 7-9
1219 Geneva, Switzerland
+41-22-917-8492
www.ictsd.org

A produção de PONTES tem sido possível
graças ao apoio generoso de:

**DFID - Departamento do Reino Unido para
o Desenvolvimento Internacional**

**SIDA - Agência Sueca de Desenvolvimento
Internacional**

**DGIS - Ministério de Relações Exteriores
da Holanda**

**Ministério de Relações Exteriores da
Dinamarca**

**Ministério de Relações Exteriores da
Finlândia**

**Ministério de Relações Exteriores da
Noruega**

**Departamento de Assuntos Exteriores e
de Comércio da Austrália**

O PONTES também beneficia de
contribuições de especialistas na área
de comércio e desenvolvimento sustentável
na forma de artigos.

O PONTES recebe propostas de publicidade
ou de patrocínio que contribuam para a
redução de seus custos de publicação e que
ampliem o acesso aos seus leitores.
A aceitação de tais propostas fica a critério
dos editores.

As opiniões expressadas nos artigos
publicados no PONTES são exclusivamente
dos autores e não refletem necessariamente
as opiniões do ICTSD.



Creative Commons Attribution-
NonCommercial-NoDerivatives 4.0
International [License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/).

Preço: €10.00
ISSN 1996-9198

